

A CONTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL

Vania Silva de Souza Bilert¹
Miguel Angelo Perondi²

RESUMO: Durante muito tempo a concepção de desenvolvimento estava atrelada ao viés de crescimento e ao âmbito global. Como o desenvolvimento não aconteceu da mesma forma e em todos os lugares, surgiu a necessidade da atuação da sociedade civil, evidenciando o capital social. Assim, este artigo visa discutir a contribuição do capital social para o desenvolvimento local sustentável, fomentado na esfera local a partir de uma perspectiva que contemple os aspectos econômicos, sociais e ambientais; bem como, a situação cultural de uma determinada sociedade, torna-se um instrumento eficiente para a promoção do desenvolvimento sustentável. Neste sentido, o objetivo deste artigo é refletir sobre o papel central do capital social nos processos de desenvolvimento, e a necessidade de conciliar todas as esferas desenvolvimentistas para a concretização do desenvolvimento local sustentável.

PALAVRAS-CHAVES: Capital-social, desenvolvimento local sustentável.

1 INTRODUÇÃO

Durante muito tempo as teorias desenvolvimentistas levaram em conta além dos fatores econômicos, o capital físico, humano e tecnológico, como sendo os principais fatores de crescimento, aliado a produção e ao progresso.

A partir de estudos que evidenciaram que a participação das comunidades, ou seja, que a atuação dos indivíduos como sujeitos, condicionados a um papel ativo na busca de melhorias e implementações do local onde vivem, as discussões atreladas ao desenvolvimento passaram a evidenciar a importância do capital social.

O conceito de capital social é categorizado como uma instituição de valores, normas, confiança, que sustenta a cooperação nos grupos ou entre os grupos sociais (PUTNAM, 1996).

Por sua vez, Putnam (1996) define o capital social como a atuação de comunidades no desenvolvimento e melhorias da própria comunidade, de forma que a organização se expresse através das redes sociais.

Desta forma, a concepção de coletividade tornou-se uma temática proeminente com enfoque na liberdade de participação da sociedade civil no processo de desenvolvimento.

¹ Mestranda em Desenvolvimento Regional da UTFPR, professora do departamento de Secretariado Executivo da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)

² Doutor em Desenvolvimento Rural, professor do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional UTFPR.



Em termos de desenvolvimento, é interessante pautar que quanto mais os sujeitos se conscientizam que as mudanças na sua localidade podem ser direcionadas de acordo com seus interesses, mais promovem o desenvolvimento local e direcionam os processos para uma dimensão que protagoniza o espaço local.

Na visão de Buarque (2002, p. 30), “o desenvolvimento local requer sempre alguma forma de mobilização e iniciativas dos atores sociais em torno de um projeto coletivo”.

A proposta de considerar o capital social como uma ferramenta para o desenvolvimento local sustentável, deve-se ao fato do capital social ser a força motriz, que a partir de articulações da sociedade local, pode desenvolver estratégias que propiciem o desenvolvimento social e econômico de uma sociedade.

Corroborando com esta afirmação, Moraes (2003) destaca que o capital social configura como um promissor e emergente modelo que pode transformar-se num importante instrumento no processo de desenvolvimento territorial. Neste sentido, Putnam (1996), reitera que o capital social é um recurso que pode ser o promotor do desenvolvimento.

A partir da necessidade de um desenvolvimento local, o capital social é evidenciado para que os indivíduos direcionem seus esforços para o trabalho coletivo, no sentido de cooperação entre os atores locais. Pode-se inferir que quanto mais elevado for o capital social, maior será a cooperação de ações que resultem em oportunidades de crescimento, melhorias, mudanças e intervenções na sociedade na qual os indivíduos estão inseridos, propiciando o desenvolvimento local.

O conceito de desenvolvimento sustentável atrelado ao capital social, é pautado como um modo de desenvolvimento multidimensional no qual os aspectos sociais, econômicos e ambientais estão estritamente interligados.

Desta forma, o objetivo deste artigo é apresentar uma discussão sobre o capital social e sua importância para o desenvolvimento local sustentável, e contribuir para uma reorientação da relação entre as esferas do desenvolvimento, considerando no processo a complexidade na relação sociedade-natureza.

Para agregar discussões sobre a temática o trabalho terá reflexões teóricas sobre o capital social, também apresentará referências conceituais sobre desenvolvimento local sustentável e, por fim, as considerações finais.



2 REFERÊNCIAS CONCEITUAIS

2.1 O capital social e o desenvolvimento

Os estudos evidenciando o capital social, tiveram uma maior abrangência nos anos 1980, incentivado por diversos organismos internacionais, tais como: o Banco Mundial, a FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação), e a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), priorizando abordagens sobre os fatores do desenvolvimento.

Salienta-se que durante muito tempo a abordagem econômica considerava que os fatores condicionantes para o desenvolvimento econômico era a terra - capital natural, capital – aqui fazendo menção aos recursos financeiros, e trabalho - capital humano. (ALMEIDA, 1999)

Neste sentido, nota-se nesta abordagem que a variável social não era um fator condicionante ao desenvolvimento. Todavia, após constatações e o reconhecimento de que o desenvolvimento atrelado apenas ao capital natural, financeiro e humano, não estava condizente com as necessidades desenvolvimentistas promulgadas, surgiu a necessidade de referenciar o capital social.

A noção de capital social, foi e é discutida por diversos autores, cada um em sua esfera institucional; no entanto, foram os estudos preconizados por Pierre Bourdieu, James Coleman e Robert Putnam, que deram sustentação para as discussões sobre o capital social.

De acordo com o pensamento de Bourdieu, o capital social está intrinsecamente relacionado a posse de uma rede de relações duráveis, que poderia ser conhecida ou reconhecida pelos envolvidos (CORREA, 2003).

Adicionalmente, outra referência categórica do capital social é expressada por Coleman *apud* Correa (2003), que o define como obrigações recíprocas expressadas pelos sujeitos.

Enquanto que para Putnam (1996), o capital social pode ser definido como um conjunto de associações entre pessoas, por meio de redes sociais que através de relações de confiança, normas associadas, exercem um efeito sobre a produtividade da comunidade.

A partir das incursões sobre a temática, pode-se inferir que o conceito de capital social evidenciado por Coleman e Putnam são semelhantes, pois está atrelado a um conjunto de redes de relações estáveis, baseadas na reciprocidade,



normas e confiança; todavia, a celeuma conceitual apresenta que não existe um único conceito de capital social.

Cabe destacar que foram os estudos de Putnam (1996), que mais evidenciaram a relação abordada entre o capital social e sua influência sobre o desenvolvimento econômico, para o autor, é a partir do capital social que uma determinada região possui, que resultam o desenvolvimento e melhoria das condições de vida de uma comunidade, ou seja, a responsabilidade é atribuída aos membros da comunidade e não ao Estado, governo ou outras instituições.

O mesmo autor complementa que o fato de uma região ser mais desenvolvida que outra, é devido a cultura, história e tradições dos envolvidos, o que ele denomina de “crenças compartilhadas”.

Desta forma, o capital social quando fortalecido pela cooperação, solidariedade, reciprocidade e laços de confiança, no qual prevaleçam os interesses coletivos, resultará em um processo de desenvolvimento consolidado.

No entanto, nos últimos anos foram evidenciados a importância da sociedade civil nos processos de desenvolvimento, desta forma, diversas entidades passaram a centrar suas atenções nas comunidades locais e nas estratégias de promoção do desenvolvimento. A partir destas constatações, o capital social passou a ser incorporado nas discussões relacionadas ao desenvolvimento local.

As evidências dos estudos de Putnam (1996) sobre as regiões da Itália, que relataram que as relações sociais de uma comunidade, estava intimamente relacionada as diferenças nos níveis de crescimento da respectiva comunidade, foram fundamentais para o fortalecimento do capital social como ferramenta no desenvolvimento local.

Outros dados que comprovam a importância do capital social no desenvolvimento local, são apresentados pelo Banco Mundial, principalmente os exemplos no qual o capital social propicia melhorias na conservação e distribuição da água, o que remete a ações de desenvolvimento sustentável (FRANCO, 2000).

Desta forma, o capital social passou a ter papel fundamental no desenvolvimento, a partir da efetivação do envolvimento da comunidade na transformação de sua localidade, mesmo que a iniciativa seja fomentada por entidades e agências externas. (BANDEIRA, 2000).

De acordo com Sen (2000), a construção do desenvolvimento está relacionada a liberdade das pessoas de produzir e reproduzir sua existência, de



forma que os sujeitos possam estar ativamente envolvidos, por isso, é importante evidenciar que cada vez mais as redes sociais passaram a ganhar mais legitimidade e atrair os olhares de diversos setores da sociedade, sendo uma forma de organização e desempenho do capital social.

Concomitante a esta abordagem, Becattini (1994) destaca que as redes estimulam o desenvolvimento de valores homogêneos, o que fortalece o compartilhar das normas e confiança, e destaca também que a sobrevivência de uma comunidade depende do desenvolvimento de redes de contatos. Assim, a estrutura das redes é sustentada pelo capital social, e sua constituição é influenciada pelos fatores sociais, culturais e políticos.

Todavia, uma consideração importante de Putnam (1996) é que o capital social não ocorre somente através de redes de confiança entre iguais, mas também entre desiguais, no qual as redes constituem-se como uma vertente de relacionamento entre diferentes classes, etnias, formações educacionais – o que tende a propiciar diversos tipos de redes sociais.

Sob o ponto de vista de Correa (2003), as comunidades quando atuam de forma integrada e cooperada, através das redes, possuem como objetivo a competitividade e a produtividade, e que neste caso, possui motivação econômica.

Esta constatação apresenta a variável econômica atrelada ao capital social, o que sem dúvida é um elemento necessário, pois apenas promover relações entre os integrantes de um grupo não vai garantir o desenvolvimento local, para que o capital social se desenvolva é necessário outros fatores nos quais se destacam principalmente a variável econômica e a educação.

Cabe relatar também as diferenças e as relações entre capital humano e capital social, sendo que o capital humano considera as habilidades, aptidões e conhecimentos dos sujeitos; logo, essas características quando são despendidas em favor de articulações sociais, com relações de reciprocidade e confiança, conduz a produção do capital social.

Ao considerar o capital social como um elemento estratégico para o desenvolvimento, é necessário preparar e articular a participação cívica dos cidadãos, cabendo aos órgãos governamentais e associações a elaboração de programas de estímulo ao capital social, contudo sua eficácia deve levar em conta a realidade da comunidade local.



Para Abramovay (2000), no âmbito do desenvolvimento local ocorrem relações sociais mais próximas entre os atores, que são representadas por ações coletivas, ou seja, atuação em redes.

Nesta ótica, o capital é criado a partir do desenvolvimento da comunidade cívica e das relações de reciprocidade e confiança estabelecidas entre os indivíduos (FONSECA, 2010).

Concordando com Fonseca, Putnam (1996) ressalta que o desenvolvimento de uma comunidade não é atribuição do Estado, órgãos governamentais ou de instituições, destacando que a maior contribuição para melhorias e o desenvolvimento local é o engajamento da comunidade cívica.

Uma observação importante de Fonseca (2010), é que o capital social pertence ao indivíduo e não ao grupo, porém, o indivíduo utiliza o grupo como fonte de legitimação do seu capital.

Esta constatação também é destacada por Marteleto (2001, p. 72), quando cita que “os indivíduos, dotados de recursos e capacidades propositivas, organizam suas ações nos próprios espaços políticos, em função de socializações e mobilizações, suscitadas pelo próprio desenvolvimento da rede”.

O capital social não se cria, se aloca; as redes de reciprocidade não geram, pó si só, capital social. É na mobilização de um grupo reconhecido por instâncias externas da sociedade que o capital social se consolida (FONSECA, 2010).

Por sua vez, na perspectiva do desenvolvimento local sustentável, as redes podem construir novas formas de relações e reivindicações, que se expressam em ações individuais, conectadas aos aspectos da estrutura social. Daí a constatação que a atuação em redes evidencia o reconhecimento de que os resultados podem ser mais bem aproveitados quando as articulações são realizadas em conjunto, visto que a ação individual reflete na estrutura social.

Em suma, o capital social propicia o engajamento da sociedade na participação e na formulação de um desenvolvimento sustentável, e quanto mais a atuação das comunidades se articulam em redes, maiores serão os benefícios que poderão ser alcançados.

Assim sendo, as redes são formas de interações que articulam mudanças significativas, também destaca-se que uma contribuição importante das redes é a elevação do capital social ao empoderamento – *empowerment*, no qual as



comunidades possuem atuação ativa na construção de sua história, sendo considerados protagonistas do meio (BAQUERO, 2001).

Com relação ao desenvolvimento em espaços de pequena escala (municípios, localidades, microrregiões) as relações entre indivíduos mobilizam mudanças, promovem melhorias das oportunidades sociais, o que concomitantemente viabiliza a competitividade e aumento das oportunidades econômicas, bem como, a conservação dos recursos naturais (BUARQUE, 2002).

Após abordar as definições e as relações do capital social e o desenvolvimento, torna-se necessário compreender os conceitos e importância do desenvolvimento local sustentável no contexto multidimensional da esfera desenvolvimentista.

2.2 O desenvolvimento local sustentável

Até algumas décadas, a linha de pensamento desenvolvimentista estava atrelado ao contexto econômico, que por sua vez, remetia a uma ideia de progresso. Entretanto, cabe destacar que outros fatores além do econômico, são atrelados ao processo de desenvolvimento de uma sociedade, e esta evidência foi durante muitos anos deixada de lado, principalmente no que tange as questões sociais e suas relações em sociedade.

“O desenvolvimento local pode ser considerado como o conjunto de atividades culturais, econômicas, políticas e sociais” (MILANI, 2005, p.1). O autor também evidencia que crescimento econômico não produz diretamente o desenvolvimento social; mas o sistema social é um elemento primordial na resolução de problemas econômicos.

Para Furtado (1961, p. 115) “desenvolvimento é, basicamente, aumento do fluxo de renda real, isto é, incremento na quantidade de bens e serviços por unidade de tempo, à disposição de determinada coletividade”.

Torna-se importante evidenciar que o conceito de desenvolvimento é complexo e vasto, influenciado por transformações tanto econômicas, como políticas, humanas e sociais; sendo resultado de um processo de crescimento.

Uma abordagem muito interessante é feita por Souza (1993), quando afirma que existem duas correntes de pensamento econômico, sendo que na primeira corrente o crescimento é visto como sinônimo de desenvolvimento; e na segunda



corrente, o crescimento é a condição indispensável para o desenvolvimento, não sendo considerado como condição suficiente.

Outro aspecto da concepção desenvolvimentista é que durante muito tempo a visão de desenvolvimento estava atrelada ao global, que poderia ser efetivado da mesma forma em diversas regiões, comunidades, países. No entanto, o desenvolvimento não aconteceu da mesma forma em todos os lugares, e essa falta de equidade social, fez surgir a necessidade da atuação da sociedade civil, através da cooperação dos indivíduos.

Neste ínterim, ressalta-se também que a noção de desenvolvimento, por muitos anos, remetia ao progresso e ao crescimento; logo, a discussão girava em torno do fato que se uma região tivesse crescimento, toda a população seria beneficiada com os resultados; contudo, não foi isso o que aconteceu, e as evidências dessa incoerência foram experimentadas com o aumento de desigualdade de renda, pobreza, além do uso inadequado dos recursos naturais.

Na concepção de Leff (2006), atualmente com o modelo de crescimento e desenvolvimento econômico preconizado, que busca crescimento com viés totalmente econômico, foram gerados desequilíbrios em alta escala, como problemas de degradação ambiental, miséria, poluição.

Um solução para minimizar os impactos causados pelo modelo de crescimento atual, seria uma expansão que fosse norteadada pela preocupação com o capital natural, ou seja com as condições ecológicas do meio, propiciando uma produção sustentável, e que concomitantemente, avaliasse os aspectos do crescimento desigual entre as regiões, e diferenças na distribuição de renda (BARBIERI, 1997).

Neste panorama, novas correntes de desenvolvimento foram sendo reforçadas, com novas propostas desenvolvimentistas, encaradas a partir de uma perspectiva de crescimento que contemple os aspectos econômicos, atrelados ao social e ambiental.

O termo desenvolvimento sustentável é uma abordagem ainda recente para a sociedade contemporânea, que começou a ser evidenciado com mais veemência, a partir dos anos 60 e 70, pelos movimentos ambientalistas da Europa e Estados Unidos. Até essa década, as discussões relacionadas as estratégias de desenvolvimento não referenciava o meio ambiente. No entanto, foi no ano de 1972, com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, em



Estocolmo, que se configurou como um marco mundial para as discussões dos problemas ambientais e suas dimensões sociais (BARBIERI, 1997).

Dentro deste contexto, diversos eventos foram realizados para a construção do debate sobre desenvolvimento sustentável, com destaque no ano de 1992 para a conferência Rio-92 ou Eco-92 - no qual foram evidenciadas as preocupações das nações com o seu planeta e com os impactos gerados pelo crescimento - sendo que a gênese da discussão sempre foi permeada pela inseparabilidade entre sociedade e natureza.

De acordo com o Relatório Brundtland, organizado pela Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, o desenvolvimento sustentável pode ser definido como “um desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades” (CMMAD *apud* BARBIERI, 1997, p. 23).

Cabe destacar que o conceito de desenvolvimento sustentável acima citado, apesar de passar a figurar as vertentes desenvolvimentistas, de acordo com Almeida (1999), ainda não existe uma concepção clara do termo, e o autor apresenta duas definições: no qual uma ideia refere-se a uma gestão dentro da esfera econômica, em que também se referencia o social; e a outra definição é no sentido de uma expansão desmedida da esfera econômica, que deve ir além da visão imposta pela economia, analisando outros aspectos inerentes ao processo.

Na visão de Buarque (2002, p. 25) para um o desenvolvimento local ser sustentável “deve mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as potencialidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local; ao mesmo tempo, deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais”.

Numa perspectiva mais ampla e multidimensional, Sachs (1993) incorpora que para atingir o desenvolvimento sustentável devem ser consideradas cinco dimensões: social, econômica, ecológica, espacial e cultural, detalhadas a seguir conforme a abordagem do autor:

- a) social: melhoria dos níveis de distribuição de renda da população;
- b) econômica: aumento da eficiência do sistema de produção;
- c) ecológica: preservação do meio ambiente;
- d) espacial: equilíbrio na distribuição e ocupação da população rural e urbana;



e) cultural: respeito aos modos de pensar e agir da sociedade, com enfoque a construção de uma consciência ambiental atrelado ao consumo.

Em linhas gerais, pode-se inferir que vários autores abordam com diversos enfoques a concepção de desenvolvimento sustentável, mas uma menção é infiltrada em quase todas as definições, que é a relação entre desenvolvimento econômico e a preservação dos recursos naturais.

Por sua vez, a abordagem multidimensional citada por Sachs (1993), evidencia os aspectos que necessitam de atenção para propiciar mudanças e ampliar as oportunidades de melhorias nas condições de vida das pessoas.

De acordo com Leff (2006), para um desenvolvimento sustentável eficaz, um caminho seria atrelar o desenvolvimento em uma nova “racionalidade produtiva”, com o fortalecimento do desenvolvimento social, com criação de políticas de redução de pobreza, e programas de autogestão produtiva.

A partir da inferência de Leff sobre a autogestão, pode-se constatar que o autor também evidencia a articulação de comunidades e grupos no processo de crescimento, tornando-os gestores de sua comunidade, proporcionando o desenvolvimento local.

Logo, as iniciativas de desenvolvimento local sustentável, devem levar em consideração, que o fator primordial para se alcançar sucesso neste processo é a efetiva participação dos sujeitos locais, no qual a comunidade atue como protagonista no processo de desenvolvimento, pois são nas iniciativas locais que o capital social é melhor aproveitado.

Convém mencionar que o “local” é delimitado no sentido de um território de atuação das relações sociais, sendo que a perspectiva territorial é somente no sentido geográfico. A dimensão local do desenvolvimento é caracterizada pela intensidade das relações sociais, que na esfera micro torna-se mais fácil de mobilização.

Sob o ponto de vista de Buarque (2002, p. 27):

O desenvolvimento local sustentável resulta da interação e sinergia entre qualidade de vida da população local – redução da pobreza, geração da riqueza e distribuição de ativos -, a eficiência econômica – com agregação de valor na cadeia produtiva -, e a gestão pública eficiente.



Com base na afirmação de Buarque o desenvolvimento local sustentável deve ser atrelado a melhoria da qualidade de vida da população local, o que configura uma necessidade de um desenvolvimento qualitativo e quantitativo.

Durante muitos anos o caminho para se alcançar o desenvolvimento não levou em consideração aspectos como a situação cultural de uma determinada sociedade, a educação, diversidade, recursos disponíveis, e as necessidades e expectativas da sociedade em questão. Nesta ótica, a descentralização do poder induz a uma maior legitimação do processo de desenvolvimento local, no qual a comunidade civil atua através de parcerias com o poder público e agências de desenvolvimento.

Faz-se importante relatar, que o Estado, governos e instituições, tem papel fundamental no processo de desenvolvimento, no entanto, no âmbito do desenvolvimento local, com a evidência do capital social, ele passa a exercer um papel secundário. Putman (1996), destaca que o fator preponderante é uma nova orientação do Estado e governos na formulação de políticas, financiamento de projetos, evidenciando que sem o engajamento da comunidade local, tais iniciativas não terão pleno êxito.

Corroborando com a abordagem de Putnam, Buarque (2002), destaca que o planejamento participativo no plano local deve ser baseado em uma co-responsabilidade entre atores sociais e em parceira entre o governo e a sociedade.

Nesta perspectiva de mobilização do capital social para o desenvolvimento local sustentável, não trata-se de deixar de lado as políticas e programas governamentais e não governamentais; mas a proposta é que a comunidade local avalie seus problemas e necessidades e apresentem as soluções. O que se verifica é que o centro do poder passa a ser o núcleo local, consolidado com ações de instituições governamentais e não governamentais, principalmente na gestão dos recursos financeiros.

Assim sendo, evidencia-se que as abordagens do desenvolvimento devem possuir como premissa fundamental a consideração das pessoas, o que remete a grande importância e contribuição do capital social em tais processos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas discussões expostas no presente trabalho, verifica-se que a formação do capital social e sua atuação em rede, refletirá tanto no desenvolvimento



local sustentável, como também no desenvolvimento de cidadãos cada vez mais participativos nas decisões governamentais.

A sociedade deve realizar ações emergenciais frente ao novo paradigma de desenvolvimento, e operacionalizar o processo integrando o desenvolvimento econômico, ou seja, as necessidades humanas com os limites da natureza. É um desafio que pode ser operacionalizado com ações dos sujeitos locais, em prol da construção de sua autodependência.

O fato é que não existem fórmulas para a operacionalização de um desenvolvimento local sustentável, o que deve ser considerado são as potencialidades e os limites da localidade, além de respeitar a individualidade e a autonomia do seu capital social, tendo como base seus aspectos culturais, pois cada contexto apresenta suas especificidades. E desta forma, direcionar as atividades considerando as esferas desenvolvimentistas econômicas, sociais, políticas e ambientais.

A base do desenvolvimento e seus resultados dependerão das dinâmicas de relações construídas entre os grupos sociais locais e suas habilidades na captação de alianças, parcerias, além da construção de estratégias; tendo como referência que é através do desenvolvimento sustentável que a localidade poderá desenvolver no presente e a um longo prazo.

Por sua vez, para a construção do desenvolvimento sustentável, é necessário uma efetiva interação entre o capital social, poder público e demais instituições envolvidas, sejam elas públicas ou privadas. Além de uma atuação estruturada em redes, no qual as ações individuais estejam direcionadas com total ênfase para as ações coletivas.

Nesta direção, salienta-se que o capital social, na perspectiva do desenvolvimento local vai depender dos relacionamentos dos membros através das redes. Desta forma, as redes sociais podem ser um forte promotor no desenvolvimento local sustentável.

No entanto, somente a existência de redes não efetiva o capital social, para gerar capital social, a sociedade deve reconhecer a importância da mobilização dos grupos.

Também é importante destacar, que o capital social é uma ferramenta para promover o desenvolvimento sustentável, e não pode ser considerado como o principal recurso no processo de desenvolvimento.



Cabe ao capital social identificar as soluções e propostas de resoluções, e é através dos recursos econômicos que serão subsidiados os investimentos para viabilizar as propostas e projetos, e tais recursos poderão ser captados junto aos governos, entidades públicas e privadas.

A ampliação da comunidade cívica na discussão dos problemas, participação em decisões e proposição de planos, é ainda um paradigma a ser enfrentado. Outro fator preponderante é que para o não enfraquecimento do capital social é necessário investimentos na construção dos laços sociais; tal iniciativa deve partir dos governantes, com capacitação das pessoas que formarão o capital social da comunidade.

Evidentemente, ao direcionar estratégias de planejamento e desenvolvimento local, é importante não esquecer da esfera global, o que no caso do desenvolvimento sustentável na perspectiva econômica, social e ambiental, é de extrema importância sempre fazer conexões com outras escalas desenvolvimentistas.

Por outro lado, ao contrapor teoria e prática, percebe-se que a atuação dos sujeitos como agente de desenvolvimento local, ainda é pouco difundido no cotidiano das comunidades. Mas quando a proposta se faz em nome do desenvolvimento sustentável, é necessária uma conscientização e ação emergencial dos agentes sociais, entendendo o desenvolvimento sustentável não como necessário, mas como essencial para a sociedade atual.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **O Capital Social dos Territórios:** repensando o desenvolvimento rural. Economia Aplicada. São Paulo, v. 4, n. 2, p. 379-397, abr/jun 2000.

ALMEIDA, J. A problemática do desenvolvimento sustentável. In: BECKER, Dinizar F. (Org.). **Desenvolvimento sustentável:** necessidade ou possibilidade. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1999.

BAQUERO, M. **Reinventando a sociedade na América Latina:** cultura política, gênero exclusão e capital social. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

BARBIERI, J.C. **Desenvolvimento e meio ambiente:** as estratégias de mudanças da Agenda 21. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

BANDEIRA, P. Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional. In. BECKER, Dinizar F.; BANDEIRA, Pedro S. **Desenvolvimento regional-local: determinantes e desafios contemporâneos**, Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.



BECATTINI, G. O **Distrito Marshalliano: uma noção socioeconômica**. In: BENKO, G.; LIPIETZ, A. (orgs.). *As regiões ganhadoras – distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica*. Oeiras - Portugal: Celta, 1994.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável. Metodologia de planejamento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

CORREA, S. M. S. **Capital Social e Desenvolvimento Regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

FRANCO, A. de. **Porque precisamos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável**. Brasília: MILLENNIM, 2000.

FONSECA, I. F. da. *O Capital Social nas Políticas Socioambientais: entre a Panacéia e o Bom Uso do Conceito. Sustentabilidade em Debate, Unb. Vol. 1, No 1. 2010.*

FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

LEFF, E. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**, tradução: Luis Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MARTELETO, R. M. **Análise de Redes Sociais – aplicação nos estudos de transferência da informação**. Ci. Inf., Brasília, v. 30, n. 1, p. 71-81, jan./abr. 2001.

MILANI, C. **Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas, Bahia, Brasil 2002**. Disponível em: http://www.adm.ufba.br/apesqnepol_capital.htm. Acesso em: 14 de jun. 2012.

MORAES, J. L. A. de. **Capital Social e Desenvolvimento Regional**. In: CORREA, Silvio Marcus de Souza (Org.). **Capital social e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

SEN, A. K. **Desenvolvimento com liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUZA, N. de J. de. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Atlas, 1993.

